

Aos quinze dias de Dezembro de mil novecentos e setenta e sete, reuniu a Assembleia Municipal do Concelho de Évora, no Palácio de D. Manuel, pelas vinte horas e trinta minutos.

Estavam presentes além do seu Presidente sr. Mário Barradas, o Primeiro Secretário sr. José da Conceição Alves Madeira e os seguintes membros: senhores Manuel Joaquim Picado, Jorge Pinheiro Alves, Miquelina Jesus Amaral Lopes Condeço, Armando Seródio Quintas, Henrique António de Oliveira Troncho, Fernando Nunes Percheiro, Reinaldo José Coelho Pimenta, Manuel Gaudêncio Narigueta, António José Varela, Joaquim Jacinto Piteira Furtado, Joaquim António Valverde, Norberto Marcelino Zambujo de Matos, José António Caeiro, José António Oliveira Almodovar, António Joaquim Fava da Luz, Vasco Varela Tenório e Santos José Metrogos.

Faltou o Segundo Secretário sr. Humberto Carlos Pereira Paixão e os seguintes membros: senhores Sertório Leal Barona, António Alexandre Botelho, Claudino José Mendes dos Santos, Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha, José Ferreira Nunes Bizarro, José Rodrigues Costa, Fernando Lourenço Farinha, Jacinto António Godinho, Estevão de Mira Rosado e João António Torrinhos Paulo, tendo este último justificado a sua falta.

Estavam presentes o sr. Presidente da Câmara, Dr. Abílio Fernandes, o sr. Vereador Arquitecto Jorge Silva, o sr. Engenheiro Alfeu de Almeida Chefe da Repartição Técnica, o Arquitecto Manuel Salgado e o Dr. Luis Corte Real, do Gabinete do Plano Director.

Entraram ainda no decorrer dos trabalhos: os membros senhores José Nunes Bizarro e Fernando Lourenço Farinha.

Estavam ainda presentes algumas pessoas na assistência.

Aberta a sessão o sr. Presidente da Assembleia chamou o sr. Pimenta, para substituir o segundo secretário sr. Paixão.

Disse depois que iria prestar duas informações muito rápidas à Assembleia na medida em que havia recebido o ofício nº.4577 de 14-12-1977 da Câmara Municipal. A primeira quanto ao número de membros da Assembleia problema aliás já levantado pelo sr. Picado, e a segunda quanto ao período de vigência da Mesa eleita. Na próxima sessão, no período de Antes da Ordem do Dia, dará mais pormenorizadamente conhecimento do assunto.



Prestou ainda mais uma informação, dizendo que tinha sido recebida uma factura do Jornal "Diário de Lisboa", relativa à publicação do "Voto de Pesar", o qual, dada a redacção do ofício foi considerado publicidade. O seu montante é de 969\$60, pelo que a Assembleia solicitará da Câmara Municipal o favor de efectuar o pagamento.

Outras Assembleias têm dado publicidade nos jornais a textos delas emanados pelo que se terá de indagar das receitas de que se servem. Vamos também solicitar à Câmara Municipal, se couber no orçamento, o favor de mandar timbrar papel e sobrescritos para nosso serviço. Entrou-se depois na discussão do Plano Director, tendo sido dada a palavra ao sr. Presidente da Câmara Municipal, que começou por explicar que o que estava para ser discutido era uma proposta para um gabinete a criar, que se destinaria a levar à prática o Plano; não se tratando do Plano Director propriamente dito, mas sim da forma e custo do mesmo.

Falou depois do número de exemplares que pnderam ser distribuidos pelos membros desta Assembleia Municipal e bem assim de um resumo detalhado escrito em linguagem acessível a não técnicos, que hoje foram entregues à hora do almoço, em número de quatro para A Frente Eleitoral Povo Unido entregues ao sr. Mário Barradas, três para o Partido Socialista entregues ao sr. Paixão e um para o Partido Social Democrata entregue ao sr. Armando Cunha. Estes documentos são muito ricos e têm em si a perspectiva de que o Plano se projecta virado para os munícipes com a preocupação de que as suas diversas fases sejam abertas à população. Prevêm-se relatórios trimestrais para serem presentes à Assembleia Municipal.

Disse depois que daria a palavra ao sr. Vereador Arquitecto Jorge Silva, como principal dinamizador do projecto e de que na sua qualidade de Vereador se encontrava presente para, como técnico, esclarecer a Assembleia em tudo que esta achasse conveniente.

O sr. Arquitecto Jorge Silva começou por dizer quais os objectivos que levaram à via escolhida para o aparecimento da proposta para o Plano.

Imediatamente após a tomada de posse foi verificada a absoluta necessidade da existência de um Plano Director, dado que o mesmo é o conhecimento directo e o mais aprofundado possível de todos os dados do concelho: estradas, escolas, dados sociais variados, é, digamos, que "um filme" da evolução do concelho.



Com bases nestes dados poderemos programar correctamente; por exemplo, se aumentar numa Zona determinada a população escolar, será ali que se terão de começar a construir novas escolas.

Citou ainda outros exemplos relativos a transportes e à criação de outras infraestruturas directamente relacionadas com o aumento de postos de trabalho que a própria evolução do concelho determina. Por outro lado serve para nos adaptarmos às necessidades e atendê-las de acordo com aquilo de que dispomos, pessoal, máquinas, ferramentas, terrenos, etc. Isto obriga a programar simultaneamente nos vários aspectos, no sentido de criar as condições para acudir às necessidades, de acordo com as prioridades correctamente determinadas pelo próprio Plano Director.

Aliás, a própria Lei obriga a que concelhos como o nosso tenham um plano director. A Câmara entendeu fazê-lo sem mais demoras e abrangendo todo o concelho, incluindo portanto também as freguesias rurais.

É preciso a colaboração das populações em todas as fases da aplicação do Plano Director sem o que não se dará a melhor solução possível a cada necessidade.

Foi aberto concurso em que se explicou detalhadamente o que a Câmara Municipal pretendia, tendo aparecido nove propostas.

Foi constituído um júri composto pela Câmara Municipal, um representante da Direcção Geral do Planeamento Urbanístico (que no fim não aceitou fazer parte, tendo a Câmara Municipal nomeado em sua substituição um elemento do Gabinete de Apoio Técnico), um membro da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais e um representante da Associação dos Arquitectos Portugueses. Este júri considerou como melhor proposta a que escolheu e que temos em discussão.

Seguidamente foi contactada a Direcção Geral do Planeamento Urbanístico que, dado o trabalho apresentado, de acordo com os seus próprios ditames aliás, o aceitou integralmente. Foi de imediato apresentado à Assembleia Municipal com muita rapidez para podermos, se a Assembleia nos autorizar fazer o contrato ainda este ano.

Seguidamente o sr. Pinheiro Alves interveio citando que parte do queria dizer já havia sido dito pelo sr. Presidente da Câmara e pelo Vereador sr. Arquitecto Jorge Silva. Verificava pelo estado da documentação em seu poder, e embora não sendo especialista na matéria já tinha tido por motivos profissionais que se debruçar sobre questões deste tipo, e tinha já participado em trabalhos da Comissão do Plano da Região Sul, que se tratava de uma belíssima proposta de trabalho. Não era portanto um Plano como aliás já estava dito, mas sim uma proposta muito bem elaborada para a exe-



cução do Plano Director.

O curriculum vitae das pessoas que constituem a equipa, um dos quais é do seu conhecimento pessoal, garantem-nos um bom trabalho. Citou pormenores e detalhes contidos na proposta, fez comparações com aspectos dos chamados III e IV Planos de Fomento no tocante à região sul do país. Disse que o satisfazia plenamente verificar que a proposta se virava para aspectos muito concretos e realistas. Aproveitava a oportunidade para perguntar quem era CIPRO. Um dos representantes desta entidade esclareceu que se tratava de um Empresa de projectos que dependia da Banca até ao dia 25 de Abril, tendo depois sido nacionalizada, tratando-se de Sociedade Anónima cuja sigla está sendo objecto de transformação.

O sr. Pinheiro Alves perguntou ainda se já estavam garantidas as verbas para pagamento em tempo de encargos decorrentes, sendo esclarecido pelo sr. Presidente da Câmara Municipal de que já existe uma verba no orçamento ordinário aprovado para o ano de 1978, de quatro mil contos e posteriormente os orçamentos suplementares que terão que vir a ser elaborados, acudirão em tempo oportuno às necessidades programadas.

O sr. Troncho esclareceu que não havia tido conhecimento e os restantes membros do Partido Socialista também não, do Resumo a que o sr. Presidente da Câmara Municipal se referiu. Só agora sabia do mesmo, reconhecendo, todavia não caber qualquer culpa à Câmara. Citando as explicações do Vereador sr. Arquitecto Jorge Silva, que considerou muito boas e pelas quais se sentia esclarecido, perguntava ainda se não haverá choques entre sectores da Administração Pública. Por exemplo questões que na prática venham a ficar na alçada de dois Ministérios.

O Vereador sr. Arquitecto Jorge Silva esclareceu que em relação ao desenvolvimento dos trabalhos, terão os próprios Ministérios a sua palavra a dizer. A futura Assembleia Distrital terá que ter como uma das suas preocupações, o Plano Director do Concelho de Évora. Já existe à partida a perspectiva que o Plano Director se deva enquadrar com todas as acções regionais que se pensarem desenvolver, por iniciativa seja de que entidade for.

O sr. Troncho disse que a sua dúvida se baseava no aspecto prático, quando se passasse à execução; por exemplo a Câmara Municipal poderia pretender em determinado local, construir uma escola. Por outro lado Ministério da Educação e Investigação Científica poderia considerar que seria prioritária uma outra construção noutra local.

O Vereador sr. Arquitecto Jorge Silva disse em resposta que se o Plano for aprovado pelos Organismos a quem terá que se submeter posteriormente esses organismos terão que por sua vez se submeter às directrizes do Plano; a partir daí o MEIC ou os outros Ministérios ficarão comprometidos e poderão



até, dentro dessa perspectiva, dar boa ajuda, colaborações valiosas na solução dos problemas.

Nesta altura o sr. Presidente da Assembleia abandonou a presidência, para intervir na discussão, ficando, nos termos do Regimento, o 1.º Secretário a substituí-lo.

A continuação da acta passou para encargo do sr. Pimenta, no exercício accidental das funções de segundo secretário da Assembleia.

- Interveio o sr. Mário Barradas que a folhas cinquenta três do Plano, leu o seguinte "Prevê contactos frequentes com a Assembleia Municipal de relatórios trimestrais", entendendo que a Assembleia Municipal devia constituir Grupos de Trabalho para acompanhar os trabalhos. Prevê elementos integrados na Comissão do Plano, atendendo a que é o órgão deliberativo, estariam lá mesmo com o estatuto de observador. Len ainda que "A aprovação Ministerial é necessária na fase de elaboração", levantando a hipótese de haver coordenação com a Universidade de Évora.

O sr. Arquitecto Jorge Silva pediu para dar uns esclarecimentos, acrescentando que via com agrado a proposta que o sr. Dr. Mário Barradas tinha apresentado e que é do seguinte teor." Seja constituído um grupo de trabalho desta Assembleia Municipal integrado por três elementos no máximo e especialmente incumbido de acompanhar permanentemente os trabalhos decorrentes do Plano Director do Concelho, fazendo parte após necessária concordância da Câmara Municipal de Évora, ambos os seus membros da Comissão do Plano. Este grupo de trabalho teria a seu cargo além das suas tarefas específicas prestar frequentemente à Assembleia Municipal informações sobre o decurso dos trabalhos para além das reuniões trimestrais previstas no próprio Plano! Sr. Picado:-Concorda com a proposta, mas lamenta que estejam a atribuir-lhe muitas condições, como equipa profissional. Essas pessoas têm outras atribuições que certamente viriam a ser prejudicadas, e ou correm o risco de acompanhar muito ao de leve e até servirem de empecilho, ou introduzindo-se muito correm o risco de se tornarem invasores.

sr. Pinheiro Alves:-Em face das declarações do Eng.º Picado quase se torna desnecessário usar da palavra, acho a ideia boa, como observadores. Não se admite que uma comissão vá fazer um trabalho do qual não tem experiência, que é caso dos membros da Assembleia, iriam ser impecilhos, pois um grupo de trabalho deve ser intérprete daquilo que se tratasse.

sr. Mário Barradas:-Percebe as razões apresentadas. Além de sectores fundamentais a Assembleia Municipal é um deles por ser deliberativa, não quer que interfira na equipa mas sim acompanhar, a primeira ideia seria a de observadores mas depois acha que o deve fazer de pleno direito por ser mais

eficaz, ficando integrado apenas como observador teria sem dúvida menos responsabilidade.

sr. Bizarro - seria sensato serem ^{ao} máximo três elementos por não se encontrar o Partido Social Democrata.

Arquitecto Salgado, da equipa do Plano: - Propõe relações com os órgãos autárquicos, porque representam a população do concelho, propõe esquema com alterações e concorda com a proposta do Grupo de Trabalho da Assembleia Municipal, acha positiva a ideia e não concorda com o termo "impecilho", dizendo que a escolha da alternativa compete à Assembleia Municipal.

Dr. Abílio Fernandes: - É importante a Assembleia na comissão, mas com grande sacrifício e é de pedir esse sacrifício e que os elementos fossem efectivos.

sr. Pinheiro Alves: - Acho que se estão a inverter posições, pois ainda não foi votada a proposta e já se está a discutir...

sr. Mário Barradas: - O sr. Quintas terá de justificar as suas faltas, porque se não o fizer, não poderá votar.

Houve um intervalo de cinco minutos, procedendo-se de seguida à votação da proposta tendo sido aprovada com 20 (vinte) votos a favor e uma abstenção.

Declaração de voto do sr. Picado: - Voto favoravelmente à proposta pelo espírito que ela própria encerra de colaboração desta Assembleia Municipal na organização do Plano Director. O voto não se estende porque não me sinto informado devidamente à constituição e atribuições dos futuros delegados da Assembleia".

sr. Mário Barradas: - Será comunicado ao Partido Social Democrata do facto e que deveria no prazo de cinco dias informar o Presidente do seu representante.

Dr. Abílio Fernandes: - Eu a sugestão de ler o documento por o Partido Socialista não ter tido conhecimento do mesmo visto ter sido dado ao sr. Paixão e ele não o ter distribuído por não estar presente.

O Presidente da Assembleia leu o Plano, que foi votado tendo sido aprovado por unanimidade.

Entrou-se de seguida no período de intervenção do público, tendo pedido a palavra o sr. Vasco Valdêz, residente na rua Romão Ramalho, 34, que disse: Congratula-se como têm decorrido os trabalhos da Assembleia Municipal, porque entende que o Instituto Universitário deve dar boa colaboração, um dos Departamentos é de Planeamento e tem condições técnicas de prestar ajuda no Plano.

Posto isto o Dr. Abílio Fernandes apresentou o problema do Quadro do pessoal da Câmara Municipal, que vai ser apresentado à Assembleia Municipal, e que



já está elaborado e é bastante extenso, a reclassificação do pessoal é urgentíssima.

sr. Mário Barradas:-Propõe que não sejam distribuídos quatro impressos, mas que se forme um grupo de trabalho de cinco elementos que dê garantias para a Assembleia decidir e dar indicação às forças políticas para nomearem os seus representantes no prazo de cinco dias.

sr. Picado:-Sente o cuidado das atribuições das forças políticas, mas vê prejuízos nos grupos de trabalho, na medida em que possam vir a ser constituídos por funcionários menos competentes.

sr. Troncho:-Discorda do sr. Picado dizendo que a questão é política e não técnica, e que os grupos de trabalho se devem formar com representantes dos Partidos.

sr. Farinha:- Está de acordo com o sr. Picado, visto não perceber de assuntos de planeamento e promoções.

sr. Pinheiro Alves:-Perfilha totalmente a opinião do sr. Picado.

sr. Picado:-O problema do quadro do pessoal toca as pessoas em particular os funcionários já sentem o problema, devem estar à espera, será a força política ou a técnica que devem apreciar a posição de cada um.

sr. Farinha:-Concordo com o sr. Picado para que as pessoas sejam integradas no grupo de trabalho por capacidades para exercerem o cargo.

sr. Bizarro:-Não se pronuncia por qualquer das ideias apresentadas, pensa que a proposta deve ser clara, se for de natureza política ou técnica deve respeitar-se a proporcionalidade.

sr. Mário Barradas:-O grupo de trabalho tem de ser impar.

sr. Troncho:-Deve cada força política escolher as pessoas que melhor conheçam os assuntos, e seriam seis elementos.

sr. Mário Barradas:-Não lhe repugna serem seis, mas o Presidente deve ter voto de qualidade.

Proposta final para aprovação:"Construção de um grupo de trabalho de seis elementos constituídos por três para a Frente Eleitoral Povo Unido, dois para o Partido Socialista, e um para o Partido Social Democrata, no sentido de estudar detalhadamente e profundamente o quadro dos funcionários a ser proposto pela Câmara Municipal.

Foi aprovada por unanimidade.

O sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão.

O PRESIDENTE DA MESA

Mário Barradas



(Acta aprovada por maioria, com 15 votos a favor e 1 abstenção, na sessão de 2 de Fevereiro de 1988)

Não dispensa a consulta do documento original

www.evora.net/ame